

**INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL DE ALGUNS
JULGADOS COMO MINISTRO RELATOR NO
TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS E
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.**

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Ação de Consignação em Pagamento - Procedimento - Nas ações de consignação em pagamento, o Juiz deve observar o procedimento previsto no art. 893 e seguintes do CPC, lhe sendo defeso suprimir fases, sob pena de não assegurar a igualdade de tratamento às partes, que têm direito ao devido processo legal (Provimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AGA 51.989-SC</p>	<p align="center">13/08/87</p>
<p>Ação Declaratória - Decisão com assento em mais de um fundamento - O venerando acórdão recorrido decidiu com base em matéria constitucional e infraconstitucional - A recorrente não interpôs recurso extraordinário - Logo, transitou em julgado a matéria constitucional, por si só suficiente para manter a decisão recorrida - De outra parte, em se tratando de ação de natureza meramente declaratória, a decisão vale como preceito para a ação de natureza condenatória, se proposta, onde a matéria deverá ser amplamente debatida (Desconhecimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 5.059-PE</p>	<p align="center">27/11/91</p>
<p>Ação Expropriatória - O procedimento não se interrompe - A expedição de precatório de requisição de pagamento não tem nenhuma relação com as providências que antecedem o levantamento do <i>quantum</i> devido ao expropriado - A cautelar determinada no art. 34 do Decreto-Lei 3.365/41 são da competência do expropriante e devem ser contemporânea do pagamento (Provimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AG 47.922-RJ</p>	<p align="center">14/05/86</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Ação Rescisória - Decadência - Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivo inerente ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição (Desconhecimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 1.379-RJ</p>	<p align="center">12/02/92</p>
<p>Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - Recolhimento - Não é devido sobre os preços constantes das tabelas para o serviço de transporte de passageiros e veículos, por não se ajustar esse tipo de serviço ao conceito de frete estabelecido no Decreto-Lei 1.801/80 e Decreto 88.420/83 (Desprovinamento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AC 113.296-RJ</p>	<p align="center">17/06/87</p>
<p>Advogado - Legalmente constituído com poderes na procuração para receber e dar quitação, tem direito inviolável a expedição de alvará em seu nome, a fim de levantar depósitos judiciais e extrajudiciais - É o que resulta da lei (art. 934, § 5º, da Lei 4.215/63) (Provinamento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">REMS 1.877-RJ</p>	<p align="center">06/09/93</p>
<p>Agravo de Instrumento - Do despacho que recebe recurso de apelação como embargos infringentes, cabe Agravo de Instrumento - Na formação deste, devem as partes não só indicar as peças que devam ser trasladadas como acompanhar a extração, conferência e o concerto, evitando falhas que possam comprometer seu conhecimento - A ausência do traslado da certidão, contendo a respectiva intimação, impede o exame de admissibilidade do recurso (Desconhecimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AG 48.987-SP</p>	<p align="center">09/06/86</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Agravo de Instrumento - Terceiro prejudicado - Nos recursos previstos no art. 19 da Lei 1.533/51, não se inclui o agravo de instrumento - E o ato impugnado só poderia ser reparado por meio do <i>mandamus</i> por ser o interessado terceiro prejudicado, nada impedindo-o de requerer a segurança impetrada contra ato de difícil ou incerta reparação (Provimento) (T2) (STJ)</p>	REMS 683-PB	12/05/93
<p>Agravo Regimental - É de negar-se provimento ao agravo regimental por ser inadmissível o recurso especial quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles (Súmula 283 do STF) (Desprovimento) (T2) (STJ)</p>	AGA 58.401-SP	15/02/95
<p>Agravo Regimental - Prazo - O prazo para agravo regimental no STJ é de 5 (cinco) dias - É prazo assinado por lei especial que o denomina de simplesmente "agravo", não sendo aplicada a regra geral do CPC que confere prazo em dobro para a Fazenda Pública - A Lei 8.038/90, art. 42, renumera os recursos possíveis no CPC, dando nova redação ao art. 496, donde ela mesmo exclui o regimental do rol dos recursos (Desconhecimento) (T2) (STJ)</p>	AGA 8.000-RJ	26/06/91
<p>Aposentadoria Parlamentar - Beneficiário da Previdência dos Deputados da Assembléia Legislativa - Pedido de aposentadoria parlamentar - Opção pela não contribuição da previdência parlamentar - Falta de amparo legal para conceder o benefício - O interessado não era contribuinte facultativo, nem tão pouco obrigatório, cessando a vinculação previdenciária para todos os efeitos (Denegação) (T2) (STJ)</p>	REMS 349-RN	02/09/92

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Ato Administrativo - Efeitos - Resolução SF 12/89, do Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo - Toda vez que o ato administrativo, por sua natureza, produzir efeitos concretos e imediatos, perde ele sua característica de ato normativo (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p>REMS 775-SP</p>	<p>18/11/91</p>
<p>Bancos - Fixação do horário para atendimento ao público - Competência - Compete ao Conselho Monetário Nacional fixar o horário bancário para atendimento ao público, ultrapassando, dessa forma, o interesse municipal - Aplicação da Súmula 19 do STJ (Conhecimento) (T2) (STJ)</p>	<p>RESP 10.133-PR</p>	<p>26/08/92</p>
<p>Bens Impenhoráveis - Se os bens penhorados foram oferecidos pelo representante legal da firma executada, cuja possível impenhorabilidade não foi discutida nos embargos à execução, impossível admiti-la na fase de leilão, pelo princípio da preclusão, e por não se inscrever entre as hipóteses de embargos à arrematação ou adjudicação (Desprovimento) (T4) (TFR)</p>	<p>AG 41.685-SP</p>	<p>16/03/88</p>
<p>Casa Própria - Quitação do débito pelo seguro - Falecimento do marido - É incabível querer discutir cláusula contratual inserida na escritura de financiamento contra risco coberto pela apólice compreensiva hipotecária - Incidência das Súmulas 05 e 454 do STJ e STF (Desprovimento) (T2) (STJ)</p>	<p>AGA 13.769-RJ</p>	<p>16/10/91</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Competência - Ação de cumprimento de sentença normativa em dissídio coletivo, promovidas por sindicatos contra empregador, a fim de compeli-lo ao cumprimento de cláusula estabelecida, é da Justiça Estadual - Aplicação da Súmula 87 do TFR (Conhecimento) (S2) (TFR)</p>	<p align="center">CC 7.349-SP</p>	<p align="center">06/10/87</p>
<p>Competência - Ações relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação - Nas ações de execução contratual com imóveis financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação, ou naquelas que se discutirem reajustamento das prestações da casa própria, impõe-se o chamamento do BNH, ou da empresa que o suceder, como réu ou litisconsorte necessário, cabendo à Justiça Federal o julgamento do feito (Conhecimento) (S2) (TFR)</p>	<p align="center">CC 7.115-SC</p>	<p align="center">16/12/86</p>
<p>Competência - Compete à Justiça Comum Estadual conhecer e decidir ações que visem estabelecer desconto de mensalidade associativa autorizada por trabalhador em favor de seu sindicato (Conhecimento) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">CC 975-SP</p>	<p align="center">20/03/90</p>
<p>Competência - Compete à Justiça Federal apreciar e decidir pedido de levantamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), uma vez citado o gestor (Procedência) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">CC 896-RS</p>	<p align="center">24/04/90</p>
<p>Competência - Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações resultantes de convenção coletiva de trabalho, contribuições devida a sindicatos, a teor do art. 114 da Constituição de 1988 (Conhecimento) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">CC 674-SP</p>	<p align="center">20/02/90</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Competência - É da Justiça Federal a competência para processar e julgar as questões em que for parte o Conselho Regional de Farmácia em razão de sua natureza autárquica (Conhecimento) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">CC 4.317-RJ</p>	<p align="center">27/04/93</p>
<p>Competência - Compete aos Tribunais Regionais Federais dirimir conflito de competência suscitado entre Juiz Federal e Juiz Estadual, quando este estiver no exercício de competência daquele (Desconhecimento) (S2) (STJ)</p>	<p align="center">CC 2-RJ</p>	<p align="center">27/06/89</p>
<p>Competência - Estabelecimento de ensino superior - Compete à Justiça Federal julgar mandado de segurança contra ato que diga respeito ao ensino superior praticado por dirigente de estabelecimento particular (Súmula 15 do TFR) (Conhecimento) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">CC 2.488-GO</p>	<p align="center">20/04/93</p>
<p>Competência - Execuções concorrentes - Recaindo sobre o mesmo bem do devedor, penhora em execuções trabalhista e fiscal, a preferência é do crédito trabalhista - Havendo saldo na liquidação, este reservar-se-á em favor do credor fiscal (Conhecimento) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">CC 632-AL</p>	<p align="center">22/05/90</p>
<p>Competência - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - Sendo o FGTS gerido pelo Ministério da Ação Social, com recursos centralizados na CEF (Agente operador), é evidente o interesse da União Federal - Competência da Justiça Federal (Conhecimento) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">CC 1.813-RS</p>	<p align="center">23/04/91</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Concurso Interno - Acesso - Com a promulgação da Carta Política em vigor, diferentemente da ordem anterior, passou-se a exigir o concurso público para a investidura em qualquer cargo público - Excetuando-se o retorno ao mesmo cargo, a reintegração; e progressão funcional por antiguidade ou merecimento e promoção - Proibindo em consequência, <i>ipso facto</i>, toda e qualquer forma de provimento derivado em cargo diverso daquele no qual o servidor ingressou no serviço público (Desprovimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">REMS 1.676-BA</p>	<p align="center">23/06/93</p>
<p>Concurso Público - Anulação, seguida da exoneração de funcionário nele aprovado e nomeado, só é possível mediante o devido processo legal administrativo - Súmulas 20 e 21 do STF (Provimento) (T1) (STJ)</p>	<p align="center">REMS 71-MA</p>	<p align="center">09/05/90</p>
<p>Concurso Público - Limite de idade - Constituição Federal de 1988 - A atual Carta Magna proíbe toda e qualquer discriminação, em razão da idade, para o ingresso do servidor em cargo público da administração direta, autárquica ou fundacional - O art. 3º, da Lei 6.334/76, não foi recepcionado pela CF/88, o que implica em sua revogação (Desprovimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 23.756-DF</p>	<p align="center">19/08/92</p>
<p>Concurso Público - Magistério Estadual - A concessão da liminar em mandado de segurança deu ensejo à inscrição da candidata ao certame no qual veio a ser aprovada e vem exercendo o magistério aproximadamente há dois anos, consolidou no tempo uma situação de fato e de direito, pois o limite de idade ficou sanado pela proteção judicial da liminar cuja suspensão não foi pedida (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">REMS 1.422-RJ</p>	<p align="center">16/09/92</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Concurso Público - Magistratura - Atos praticados pelo Presidente do Tribunal de Justiça que é também Presidente da comissão examinadora do concurso - Se o Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão assumiu a posição de autoridade coatora e defendeu o mérito da decisão contrária aos interesses do impetrante, competente é o Tribunal de Justiça para apreciar os atos praticados (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">REMS 1.949-MA</p>	<p align="center">09/06/93</p>
<p>Concurso Público - Magistratura - Limite de idade - A Lei 6.750/79, art. 46, V, que impõe limite de idade para inscrição de concurso para Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal e Juiz de Direito dos Territórios Federais, perdeu o vigor com a promulgação da CF/88, posto que é incompatível com as disposições contidas nos arts. 5º e 7º, XXX, da Lei Maior (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">REMS 635-DF</p>	<p align="center">16/11/92</p>
<p>Concurso Público - Provimento de cargo da carreira do Ministério Público - Regulamento prevendo a realização do concurso em duas etapas, ambas eliminatórias - Nota mínima não alcançada pelo impetrante na segunda etapa - Interpretação sistemática do regulamento do concurso - Inexistência de violação a direito líquido e certo (Desprovimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">REMS 740-SC</p>	<p align="center">16/09/92</p>
<p>Conflito de Atribuições Administrativa - A competência para dirimir entre o Tribunal de Contas da União e Tribunal Regional do Trabalho é do Colendo Supremo Tribunal Federal (Desconhecimento) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">CA 11-SC</p>	<p align="center">13/11/90</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Conflito de Jurisdição - Compete ao Colendo Supremo Tribunal Federal, conhecer e decidir conflito de jurisdição entre Tribunal e Juiz de primeira instância a ele não subordinado (Desconhecimento) (S2) (TFR)</p>	<p align="center">CC 7.153-SP</p>	<p align="center">18/11/86</p>
<p>Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - Se os serviços prestados pelo hospital são aqueles previstos no parágrafo único do art. 12 da Lei 6.316/75, não há como negar a sua inscrição nos quadros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, sob pena de se burlar a lei (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 14.940-MG</p>	<p align="center">17/10/94</p>
<p>Contribuições para o PIS - A Caixa Econômica Federal é parte ilegítima para figurar no pólo passivo de ações de repetição de indébito relativas às contribuições para o PIS (Desconhecimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 18.525-BA</p>	<p align="center">29/04/92</p>
<p>Contribuições Previdenciárias - Inscrita a dívida e ajuizada a execução, pendente recurso administrativo interposto pela parte, ainda que o julgamento deste a beneficie com a anistia, deve o exequente responder pelas despesas a que deu causa, inclusive honorários advocatícios (Provimento parcial) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AC 69.686-SP</p>	<p align="center">11/03/87</p>
<p>Créditos Tributários - Preferência - Quando do pagamento aos credores, o crédito tributário, por ser de direito material e absoluto, prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo de constituição deste - A única exceção diz respeito ao crédito trabalhista (Provimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AG 41.013-SP</p>	<p align="center">16/03/88</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Denúncia Espontânea - Perícia - Multa - Em se tratando de imposto declarado e não pago, objeto de lançamento por homologação, não há necessidade de processo administrativo para apurar o débito - A denúncia espontânea somente se configura nos termos do art. 138 do CTN - A multa deve ser calculada sobre o valor originário, nos termos legais, sujeito entretanto à correção monetária que é devida (Desprovimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AC 78.110-SP</p>	<p align="center">08/09/86</p>
<p>Desapropriação - A finalidade da correção monetária nas desapropriações é restabelecer o valor real da indenização, até que seja integralizadas, devendo proceder-se a atualização do cálculo, ainda que por mais de uma vez - Súmula 561 do STF (Desprovimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AC 109.897-MG</p>	<p align="center">07/05/86</p>
<p>Desapropriação - Atualização dos cálculos de liquidação - Limitando-se a Contadoria do Juízo à simples correção monetária das parcelas constantes da conta de liquidação, observados os índices legais, não há razão para discordar de seus valores, a não ser para corrigir erro material, que não é o caso (Desprovimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AC 123.119-MG</p>	<p align="center">24/08/88</p>
<p>Desapropriação - Indenização - Face ao disposto no inciso III, do art. 82, do CPC, a intervenção do Ministério Público na causa em que figure como parte pessoa jurídica de direito público não é obrigatória - A obrigatoriedade dessa intervenção está ligada ao fato da existência do interesse público (Desconhecimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 10.042-AC</p>	<p align="center">18/12/91</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Desapropriação - A indenização tem que ser justa, e o valor do bem expropriado deve ser aferido pelo índice que melhor traduza as perdas sofridas pelo expropriado - E não aqueles índices que atendam a conveniência nos casos que envolvem as Fazendas, autarquias e empresas estatais (Desprovimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">AGA 35.134-SP</p>	<p align="center">05/05/93</p>
<p>Desapropriação - Interesse social - Dispondo o artigo 184, da CF/88, que os Títulos da Dívida Agrária devem conter cláusula de preservação do valor real, a incidência de quaisquer descontos ou valor deflacionário não pode ser admitida (Concessão) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">MS 784-DF</p>	<p align="center">30/04/91</p>
<p>Desapropriação - Se a área remanescente, em razão da expropriação, torna-se totalmente inaproveitável, em razão de normas vigentes emanadas do poder público local, deve ser, também, indenizada - Os juros moratórios, nas ações de desapropriação, devem ser fixados a base de 6% ao ano - Registrando a sentença data diversa daquela que consta do auto de imissão provisória na posse, caracteriza erro material a ser corrigido por seu reflexo na liquidação daquela (Provimento parcial) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AC 99.534-SC</p>	<p align="center">14/05/86</p>
<p>Desapropriação - Servidão administrativa - Na composição do preço para se chegar ao valor arbitrado para a justa indenização, devem ser considerados, dentre outros fatores, a desvalorização, riscos e restrições de uso da área remanescente - Em se tratando de implantação de linha de energia elétrica de alta tensão, o seu potencial também deve ser considerado (Provimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AC 110.412-RJ</p>	<p align="center">02/04/86</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Embargos à Arrematação - Prazo - Como a Lei 6.830/80 não cuidou de embargos à arrematação mas, elegeu o Código de Processo Civil como lei subsidiária, sua interposição deverá ser no prazo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do auto respectivo - Aplicação do art. 746 combinado com os arts. 738 e 694 do CPC (Desprovemento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AGA 49.549-SP</p>	<p align="center">28/10/87</p>
<p>Embargos de Declaração - O recurso especial nada mais é do que o antigo recurso extraordinário, e como tal precisa de prequestionamento da matéria debatida nas instâncias inferiores, sob pena de suprimir a instância - E a violação a lei federal tem que ser direta e frontal e não oblíqua (Rejeição - Embargos) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">EDAGA 39.674-PE</p>	<p align="center">27/10/93</p>
<p>Embargos de Divergência - Não se conhece, quando os julgados apontados discordantes não estão autenticados, e nem se demonstrou que os padrões fossem oriundos de casos nas mesmas circunstâncias específicas (Desconhecimento) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">EDIRESP 979-SP</p>	<p align="center">07/12/93</p>
<p>Embargos à Execução - Falta legitimidade à firma embargante para postular, em nome do sócio e de sua mulher, mediante ação incidental, a defesa de bem imóvel deles, para excluí-lo da penhora - Em execução movida contra sociedade por quotas, o sócio-gerente, não citado em nome próprio, tem legitimidade para opor embargos de terceiro, visando livrar da constrição judicial seus bens particulares (Provimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">REO 79.130-SP</p>	<p align="center">20/08/86</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Embargos Infringentes - Fundamento do voto dado como divergente - Não autoriza a interposição de embargos infringentes o simples fato de ter um dos integrantes do Colegiado, ao proferir seu voto, feito comentários sobre a prova colhida nos autos, se estes não constituírem o fundamento de seu entendimento quanto à tese jurídica em discussão (Rejeição) (S1) (STJ)</p>	<p>EIAR 206-RS</p>	<p>02/04/91</p>
<p>Estatuto da Criança e do Adolescente - Habeas Corpus - Crime e contravenção penal debitados a menores - Remissão - Aplicação de medida sócio-educativa - Inexistência de constrangimento ilegal - O Ministério Público, adotadas as providências, pode conceder a remissão (perdão) e requerer à autoridade judiciária a aplicação de medida sócio-educativa - Desde que homologada a remissão, o Juiz pode determinar o cumprimento da medida indicada, sem dar causa a constrangimento ilegal, reparável através de <i>habeas corpus</i> - Foi o que ocorreu nos presentes autos - A medida sócio-educativa, de que trata o art. 112, inciso III, da Lei 8.069/90 (prestação de serviço à comunidade), aplicada a menores <i>in casu</i>, tem sentido jurídico diverso da prevista no art. 43, inciso I, do CP, por isso que não pode ser tomada como pena restritiva de direito - É a lição do art. 228, da Carta Magna (Desconhecimento) (T6) (STJ)</p>	<p>REHC 1.641-RS</p>	<p>27/04/92</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Execução Fiscal - Arquivamento provisório dos autos da execução - Antes da vigência da Lei 6.930/80, as execuções fiscais eram regidas pelo CPC - Não ocorrendo nenhuma das hipóteses de extinção, o pedido de arquivamento provisório dos autos, só poderia ter sido recebido como suspensão da execução - A partir da Lei de Execuções Fiscais, a hipótese está regida pelo art. 40 e seus parágrafos (Provimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AGA 53.420-RS</p>	<p align="center">07/10/87</p>
<p>Execução Fiscal - Embargos - Segunda penhora - Recebidos os embargos para discussão, presume-se que os bens penhorados e avaliados sejam suficientes para garantir a execução ajuizada - O despacho que defere a ampliação dessa garantia sem observar as disposições dos arts. 685 e 667, II, do CPC, é passível de reexame, via de agravo (Provimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AGA 47.045-SP</p>	<p align="center">09/02/87</p>
<p>Execução Fiscal - Impugnação - Prazo - Na execução fiscal, promovida pela Fazenda Pública, o prazo para impugnar os embargos oferecidos pelo executado conta-se, em princípio, a partir da intimação pessoal, da vista dos autos ou da remessa destes ao representante judicial da Fazenda Pública, pelo cartório ou secretário - Entretanto, quando esse representante comparece em Juízo, requerendo vista dos autos para oferecer sua impugnação, tem-se como suprida, a partir deste momento, a intimação pessoal, atenuando-se, dessa forma, a desigualdade das partes, no particular (Provimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AGA 50.922-SP</p>	<p align="center">09/02/87</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Execução Fiscal - Responsabilidade pessoal - O sócio-gerente, os diretores ou representantes de pessoas jurídicas, definidos no contrato social, respondem ilimitadamente pelos créditos tributários, desde que praticados com excesso de poderes ou infração de lei, incluindo-se nesta, o não recolhimento das contribuições previdenciárias (Desprovimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AG 49.967-RS</p>	<p align="center">09/03/88</p>
<p>Exportação e Comercialização de Açúcar - Continuou a ser feita por intermédio do IAA - Mas, a exportação, por conta e risco da iniciativa privada, passou a depender, também, de autorização do Ministro - A exportação assim processada deve ser considerada regular - O tratamento isonômico pretendido deve ser precedido da prova de ter o interessado manifestado interesse em exportar em idênticas condições ou de obter semelhante tratamento não deferido (Desconhecimento) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">MS 128-DF</p>	<p align="center">28/11/89</p>
<p>Funcionário Público - Estabilidade - Estágio - A estabilidade diz respeito ao serviço público e não ao cargo - O servidor estável, ao ser investido em novo cargo, não se exige inquérito administrativo para exonerar funcionário em estágio probatório (Desprovimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">REMS 859-RJ</p>	<p align="center">11/12/91</p>
<p>Funcionário Público - Processo administrativo - A suspensão preventiva do funcionário estável ou efetivo por até 90 dias, prevista em lei, para apurar falta por ele cometida, seguida da pena de demissão em procedimento regular, não caracteriza dupla punição, nem direito líquido e certo à nulidade deste ato (Desprovimento) (T1) (STJ)</p>	<p align="center">REMS 241-MA</p>	<p align="center">02/04/90</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Funcionário Público - Se o funcionário aposentado foi reenquadrado como engenheiro civil de primeira classe, é a ele vedado o vencimento da gratificação de serviços extraordinários, de vez que o novo quadro a incorporou aos estipêndios recebidos tantos pelos funcionários ativos como pelos inativos (Desprovidamento) (T2) (STJ)</p>	REMS 1.514-PR	23/09/92
<p>Funcionário Público Estadual - Titular de cargo efetivo, exercendo cargo em comissão - Afastamento para exercício de mandato eletivo de Prefeito Municipal - Opção entre remuneração e subsídios - Deixando o funcionário o cargo comissionado do qual poderia ser demissível <i>ad nutum</i> não poderia optar pela remuneração do aludido cargo, mas sim pela do cargo efetivo que continuaria a deter com as vantagens já incorporadas ao seu patrimônio jurídico (Desprovidamento) (T2) (STJ)</p>	REMS 239-SP	16/09/92
<p>Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Perícia contábil - O pagamento das importâncias devidas aos empregados, que optaram pelo FGTS, não depositadas pela empresa, podem ser liquidadas quando das rescisões contratuais perante a Justiça do Trabalho ou, então, ficam sujeitas à cobrança judicial - Nesta, se o Discriminativo da Dívida não contiver a relação nominal dos empregados, com os valores devidos a cada um, necessário se torna a perícia contábil para comprovar possíveis liquidações alegadas, como forma de ilidir a presunção contida no art. 204, do CTN (Desprovidamento) (T4) (TFR)</p>	AGA 46.542-SP	09/02/87

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Honorários de Advogado - Uma vez apresentados embargos à execução, a Fazenda Pública não pode desta desistir, invocando a regra do art. 26 da Lei 6.830/80, sem pagar honorários do advogado do executado e restituir as despesas judiciais, em especial se o débito cobrado tenha sido pago antes do ajuizamento da execução (Provimento) (T4) (TFR)	AC 100.723-RS	29/09/86
Importação - Matéria-prima de país signatário do GATT - Se a matéria-prima importada é isenta, não tem similar nacional e é essencial à formulação de produto isento de ICM, àquela também se estende esta isenção (Desprovimento) (T1) (STJ)	RESP 2.351-SP	17/10/90
Importação - Nos termos do que dispõe a Lei 6.562/78, a importação de mercadoria sem guia de importação ou documento equivalente, sujeita a importador apenas às penalidades nelas estabelecidas, sendo defeso à autoridade administrativa ampliá-las através de portaria (Desprovimento) (T4) (TFR)	REO 111.319-RS	28/10/87
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - É legítima a cobrança do recolhimento antecipado do ICMS no regime de substituição tributária previsto no Convênio 66/88, por empresa distribuidora, atacadista e varejista de bebidas (Provimento) (T1) (STJ)	AGA 90.785-PR	18/06/96

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Imposto sobre Circulação de Mercadorias - Fornecimento de alimentação e bebidas consumidas no próprio estabelecimento - Pronunciamento do STF pela legalidade da cobrança - Legitimidade da Lei Paulista nº 6.374/89, que tributou as operações em referência (Desprovimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 46.485-SP</p>	<p align="center">27/04/94</p>
<p>Imposto sobre Circulação de Mercadorias - No cálculo do IPI inclui-se a parcela relativa ao ICM, embutida que está no preço constante da nota fiscal do produto saído do estabelecimento industrial, sobre o qual incidirá o tributo - A correção monetária incide não apenas sobre o tributo, mas também sobre os demais acréscimos do crédito tributário (Desprovimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AC 105.300-SP</p>	<p align="center">03/09/86</p>
<p>Imposto sobre Produtos Industrializados - Limites para fixação de multa e juros moratórios - Os limites de 30% da importância inicial da dívida, para fixação de multa e juros moratórios, não mais subsiste em face do disposto da Lei 5.421/68 - A correção monetária incide sobre o total do débito, neste incluídas as multas moratórias e punitivas - (Súm. 45 do TFR) - Os encargos de 20% no Decreto-Lei 1.025/69 é sempre devido nas execuções fiscais da União e substitui, nos embargos a condenação do devedor em honorários advocatícios (Súm. 168 do TFR) (Desprovimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AC 100.551-SP</p>	<p align="center">03/09/86</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Imposto sobre Produtos Industrializados - Lançamento - Não recolhendo o IPI, no prazo estabelecido, o fisco procederá ao lançamento de ofício com base nos elementos constantes da declaração e o imposto assim apurado, sujeita-se aos acréscimos legais - O encargo de 20% previsto em lei é sempre devido nas execuções fiscais da União e substituí, nos embargos, à condenação do devedor em honorários advocatícios (Desprovimento) (T4) (TFR)</p>	AC 82.102-SP	10/09/86
<p>Imposto de Renda - O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço tem natureza indenizatória, portanto, não é renda nem proventos de qualquer natureza, mas, sim, uma recomposição a um prejuízo anteriormente sofrido pela pessoa que as recebe, não redundando em acréscimo patrimonial, por isso que não está sujeita a incidência do imposto de renda (Desconhecimento) (T2) (STJ)</p>	RESP 40.136-SP	21/02/94
<p>Imposto sobre Serviços - É devido pelas Sociedades Profissionais quando estas assumem o caráter empresarial, estando, ainda, consoante o artigo 9º, §§ 1º e 3º, do Decreto 406/68, modificado pelo Decreto 834/69, onde incluem-se as sociedades dos médicos - Incidência da Súmula 81 do STF (Provimento) (T2) (STJ)</p>	RESP 16.096-PR	22/06/94
<p>Intervenção Federal - Não se conhece do pedido de Intervenção Federal que não preenche os pressupostos constitucionais - Trata-se de atualização de dívida constante de precatório, questão de natureza administrativa e de competência do Juiz de Execução e não do Presidente do Tribunal (Desconhecimento) (CE) (STJ)</p>	IF 31-PR	15/05/96

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Isonção Tributária - Bens importados, diretamente por instituição científica, educacional e de assistência social, gozam da isenção tributária prevista no Decreto-Lei 1.726/79 (Desprovimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">REO 94.717-RS</p>	<p align="center">03/06/87</p>
<p>Juiz de Direito - O critério para promoção de Juiz de Direito pelo princípio da antigüidade para remoção deve obedecer rigorosamente o que se contém no Edital e na previsão do art. 13 da LOMAN, e não critério aleatório (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">REMS 672-GO</p>	<p align="center">17/05/93</p>
<p>Juiz Substituto - Período de dois anos de estágio probatório - Exoneração - Não vitaliciamento - Desnecessidade de Processo Administrativo Especial - Sindicância - Ciência pelo Sindicato dos fatos desabonadores da conduta funcional - Direito de defesa assegurado - Ilegalidade inexistente - O estágio probatório é o período de exercício do funcionário, durante o qual a Administração apura e observa a conveniência de sua permanência no serviço público, mediante a verificação dos requisitos estabelecidos em lei para aquisição da estabilidade, observadas as formalidades legais de sua incapacidade, em processo regular (Desprovimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">REMS 253-MT</p>	<p align="center">02/09/92</p>
<p>Licença de Construção - Revogação de alvará para construção - Não pode a Administração revogar licença para construir se não há provas inequívocas da desapropriação do bem imóvel (Provimento) (T1) (STJ)</p>	<p align="center">REMS 6.325-BA</p>	<p align="center">13/12/95</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Liquidação por Cálculo do Contador - Atualização do cálculo - Homologados os cálculos de liquidação sem oposição nem recurso, deve ser expedido o respectivo precatório - Não constitui ilegalidade, se antes da sua expedição, o Juiz, a requerimento da parte ou de ofício, manda atualizar os cálculos pelos índices oficiais (Desprovimento) (T4) (TFR)	AGA 51.821-RS	07/10/87
Liquidação de Sentença - Não tendo a parte se insurgido no momento oportuno quanto à forma de cálculo dos honorários advocatícios, somente o fazendo na fase de liquidação de sentença, há de se conhecer do recurso face à coisa julgada (Provimento) (T2) (STJ)	RESP 11.403-RS	18/04/94
Mandado de Injunção - Não compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar mandado de injunção contra ato atribuído a Governador de Estado (Desconhecimento) (CE) (STJ)	MI 97-RJ	09/12/93
Mandado de Injunção - Se a vantagem pretendida e remanescente está prevista em lei, descaracterizado está o mandado de injunção interposto - Deve o impetrante pleitear seu direito na via processual adequada (Desconhecimento) (CE) (STJ)	MI 24-DF	10/05/90
Mandado de Segurança - Ato do Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento - Portaria que fixou preços diferenciados na compra de botijões de gás - Legalidade do ato, que atende aos fins sociais e às exigências do bem comum, sem afronta ao princípio da isonomia (Indeferimento) (S1) (STJ)	MS 1.031-DF	19/11/91

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Mandado de Segurança - Contra ato do Ministro da Agricultura e Reforma Agrária - Servidores Públicos - Sustação de pagamento das parcelas correspondentes à diferença entre seu vencimento percebido pelo Plano de Classificação de Cargos (PCC) - Não cabe mandado de segurança para restabelecer vantagens suprimidas, em decorrência de graves irregularidades que noticiam os autos e envolve exame de situação funcional complexa (Desconhecimento) (S1) (STJ)</p>	<p>MS 992-DF</p>	<p>24/03/92</p>
<p>Mandado de Segurança - É cabível contra ato judicial que nega medida liminar em outra segurança - Por ser garantia especial, a caução só se justifica em circunstância especialíssima - De outra parte, verificando-se os pressupostos contidos no art. 7º, inciso II, da Lei de regência, a concessão de liminar é imperativa, independente de qualquer condição (Provimento) (T1) (STJ)</p>	<p>REMS 449-SP</p>	<p>22/04/91</p>
<p>Mandado de Segurança - O direito de obter certidão é um direito constitucional garantido a todos os cidadãos - Se se tratar de certidão requerida pelo representante, de peça contida em processo disciplinar contra magistrado, procedimento sigiloso por força de disposição da Lei Orgânica da Magistratura, a certidão deve ser expedida com a ressalva de observar sua finalidade e o sigilo da Lei Complementar 35/79, sob pena de responsabilidade civil e criminal pela quebra do sigilo (Provimento parcial) (T1) (STJ)</p>	<p>REMS 552-RJ</p>	<p>13/03/91</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Mandado de Segurança - Não cabe Mandado de Segurança contra ato judicial passível de recurso, ou correção, contra ele não interposto, havendo transitado em julgado (Desprovimento) (T1) (STJ)</p>	<p>REMS 5.997-RJ</p>	<p>16/10/95</p>
<p>Mandado de Segurança - Prova pré-constituída - Em Mandado de Segurança a prova do direito líquido e certo deve ser pré-constituída, sob pena de inviabilizar a via processual adotada (Cassação) (T4) (TFR)</p>	<p>AMS 117.529-PA</p>	<p>24/06/87</p>
<p>Medida Cautelar - Só em casos excepcionais se admite dar efeito suspensivo a recurso especial que por lei não tem, presentes o <i>fumus boni iuris</i> e o <i>periculum in mora</i>, quando o recurso especial estiver sob a tutela jurisdicional da Corte, vale dizer admitido - Tomar sem efeito a liminar concedida, assim como o pedido que visa a obtenção de efeito suspensivo ao recurso especial inadmitido (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p>AGRMC 48-SP</p>	<p>14/12/94</p>
<p>Magistério - Incorporação de gratificação - Direito adquirido - A Carta Magna, em seu art. 37, XIV, não permite mais a incidência de gratificação sobre gratificação e, sendo ininvocável a garantia de direito adquirido na hipótese de percepção de vencimento, remuneração, vantagem e adicionais, o recurso não merece provimento (Desprovimento) (T2) (STJ)</p>	<p>REMS 722-ES</p>	<p>09/10/91</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Medida Cautelar Inominada - Sustação de leilão extrajudicial - Sistema Financeiro de Habitação - Concedida ao mutuário do SFH medida cautelar para que deposite as prestações vencidas e vincendas, enquanto se discute na ação principal o índice de reajuste da prestação, é defeso ao agente financeiro promover execução extrajudicial visando a retomada do imóvel (Desprovisamento) (T4) (TFR)</p>	<p>AGA 53.874-ES</p>	<p>28/10/87</p>
<p>Militar - Anistia - Promoção na inatividade - Sargento Aviador - O militar que teve seu Curso de Sargento Aviador interrompido com a Intentona Comunista de 1935, mas reconhecido como concluído e promovido à graduação respectiva, preenche os dispositivos da Lei 4.162/42 e faz jus às promoções aos postos subseqüentes (Deferimento) (S1) (STJ)</p>	<p>MS 725-DF</p>	<p>23/04/91</p>
<p>Ministério Público - Em mandado de segurança é imprescindível o pronunciamento do Ministério Público <i>ex vi</i> do disposto no art. 10, da Lei nº 1.535/51 (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p>RESP 9.738-AM</p>	<p>13/04/94</p>
<p>Ministério Público - Tem legitimidade e interesse em recorrer, seja como parte ou fiscal da lei (art. 499, § 2º, CPC), de todas as decisões proferidas contra a parte sob sua proteção (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p>RESP 6.459-SP</p>	<p>11/09/91</p>
<p>Multa - Decadência e prescrição - As multas impostas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), nos termos da Lei 4.870/65, sujeitam-se às regras da decadência e prescrição, previstas nos arts. 173 e 174, do CTN (Desprovisamento) (T4) (TFR)</p>	<p>AC 114.386-MG</p>	<p>14/10/87</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Nomeação de bens - Penhora em foro diverso da execução - Em havendo bens no foro da execução passíveis de penhora, não convindo ao credor, ter-se-á por ineficaz a nomeação de outros em foro diverso daquele - Aplicação do art. 1º, da Lei 6.830/80, c/c o art. 656, III, do CPC (Desprovemento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AGA 47.763-RJ</p>	<p align="center">26/08/87</p>
<p>Penhora - A evidência de que os bens penhorados seriam insuficientes para suportar a execução, e não tendo o devedor demonstrado possuir patrimônio capaz de garanti-la, legítimo o despacho que manda ampliar a penhora (Desprovemento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AG 41.361-SP</p>	<p align="center">16/03/88</p>
<p>Penhora - Leilão - Não tendo sido corrigido o valor do bem penhorado, por ocasião do leilão, o que culminou na sua arrematação por preço vil, há que se dar provimento ao recurso por manifesta violação a dispositivos do CPC (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 40.523-SP</p>	<p align="center">04/05/94</p>
<p>Penhora - Não estando o imóvel hipotecado protegido por privilégio especial previsto em lei, responde ele, em sua totalidade, pelo pagamento da dívida ativa da Fazenda Pública (Provimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AG 50.896-SP</p>	<p align="center">24/02/88</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Perito - Em princípio, a nomeação de perito deve recair em profissional habilitado com aptidão, idoneidade e conhecimentos suficientes para exercer com competência a função pericial que lhe é cometida - A substituição do nomeado, quando a lei não menciona expressamente qual a especialização técnica do profissional a ser nomeado, a exemplo do art. 63, V, da Lei de Falência, e art. 956 do CPC, só será possível se o compromissado carecer de conhecimento técnico ou científico comprovado (Desprovisamento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AG 50.119-RO</p>	<p align="center">27/08/86</p>
<p>Precatório - Compete ao Juiz da execução o cumprimento do precatório e não ao Presidente do Tribunal que exerce atividade administrativa podendo, no entanto, examinar as formalidades extrínsecas do precatório, o erro material que jamais transita em julgado e podem ser corrigidos a qualquer tempo (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 47.342-SP</p>	<p align="center">20/06/94</p>
<p>Prequestionamento - É condição de admissibilidade do recurso especial e é indispensável até mesmo quando a ofensa à lei se dá no acórdão recorrido, mediante a interposição de embargos de declaração (Desprovisamento) (T1) (STJ)</p>	<p align="center">AGA 100.246-PE</p>	<p align="center">27/05/96</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Prescrição Quinquenal - Enquadramento - Se o pretendente se omite de reclamar a obtenção de benefício, desde quando a sua pretensão era exercitável, ou seja, da vigência da própria lei, é o próprio fundo do direito que se compromete com o decurso do prazo prescricional que, consumado, aquele mesmo é que retira a acionalidade - Aplicação do Decreto 20.910/32 (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 8.625-BA</p>	<p align="center">09/09/92</p>
<p>Previdência Social - Auxílio-acidente - O segurado que apesar das lesões sofridas e comprovadas, seja considerado capacitado para serviços leves que não lhe exijam esforços físicos de forma a comprometer a lesão geradora do fato, faz jus ao auxílio-acidente, mas um novo benefício desta natureza só poderá ser concedido na forma do art. 261, parágrafo único, inciso III, do Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 83.080/79 (Provimento) (T1) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 7.022-SP</p>	<p align="center">20/05/91</p>
<p>Processo - A falta de intimação do assistente técnico indicado pela parte, para prestar o compromisso e cumprir o encargo, constitui cerceamento de defesa, conseqüente nulidade processual (Provimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AC 96.037-SP</p>	<p align="center">18/06/86</p>
<p>Processo - A substituição processual e a representação de interesse dos empregados, pelos sindicatos, devem limitar-se aos termos da lei reguladora da espécie - A ausência de poderes, para litigar em juízo, em nome próprio, como autor ou réu, na defesa de direito alheio, leva a extinção do processo sem exame do mérito (Desprovimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AC 110.315-PE</p>	<p align="center">09/04/86</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Procuração - A parte não pode ser prejudicada se o advogado renuncia ao mandato e o cartório não providenciou a notificação ao mandante (Provimento) (T1) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 79.663-RJ</p>	<p align="center">13/12/95</p>
<p>Programa de Integração Social - Base de cálculo - Inclusão do ICM - O ICM, quando devido, inclui-se no valor comercial da mercadoria - Integra, portanto, a base de cálculo do Fundo de Participação constante do Programa de Integração Social instituído pela Lei Complementar 7/70 (Desprovimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AMS 117.597-SP</p>	<p align="center">12/08/87</p>
<p>Promotora de Justiça - A exoneração de Promotora de Justiça sem a expressão a pedido, por ter sido nomeada para o cargo de Juiz de Direito Substituto, não contém nenhuma figura atentatória ao seu direito ou imagem de magistrada (Desprovimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">REMS 1.481-MA</p>	<p align="center">24/08/94</p>
<p>Projeto - Cancelamento - SUDAM - Correção monetária - Os recursos liberados pela SUDAM e aplicados em projetos aprovados, quando devido a restituição, esses valores constituem dívida de dinheiro e não de valor - Salvo convenção das partes, a correção monetária só será devida se precedida de autorização legislativa, que o Decreto-Lei 756/69 não previu - A SUDAM não tem poder legiferante para, por solução, instituir essa obrigação (Desprovimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AMS 108.412-PA</p>	<p align="center">08/09/86</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Reclamação - Permissão de uso precário de terreno público - Vencido o respectivo prazo contratual, nada impede a Administração retomar a posse de área cuja ocupação cedeu - Inexistente prova de desvio de finalidade, inexistente, tampouco, lesão a direito líquido e certo a ser protegido na via <i>mandamus</i> - Medida cautelar negada por ausência de seus pressupostos (Procedência) (T1) (STJ)</p>	<p>REMS 6.180-RJ</p>	<p>06/12/95</p>
<p>Recurso Especial - Ação declaratória de relação jurídico-tributária, cumulada com pedido de depósito - É inadmissível, no mesmo processo, pedidos de conteúdo declaratório e condenatório com pedido cautelar, para os quais não há possibilidade de se adotar o mesmo rito (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p>RESP 50.217-DF</p>	<p>05/10/94</p>
<p>Recurso Especial - Erro grosseiro - Fungibilidade recursal - Para que seja aplicado o princípio da fungibilidade recursal é necessário que o Recorrente não tenha incidido em erro grosseiro (Desconhecimento) (T2) (STJ)</p>	<p>RESP 14.963-PB</p>	<p>12/08/92</p>
<p>Recurso Especial - Inadmissibilidade - O desdobramento do recurso extraordinário há de ser feito por petição - Uma para cada recurso, sob pena de preclusão - Desinteresse pelo recurso especial (Desconhecimento) (T2) (STJ)</p>	<p>RESP 2.952-PR</p>	<p>16/05/91</p>
<p>Recurso Especial - Não se conhece de recurso especial de decisão de Juiz Monocrático, ainda que se trate de causa decidida em única ou última instância, a teor do artigo 105, III, da CF/88, por ser incabível na espécie (Desconhecimento) (T2) (STJ)</p>	<p>RESP 33.170-RJ</p>	<p>08/06/94</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Recurso Especial - O juízo de admissibilidade ou não do recurso especial é irretroatável - Proferido positivamente ou negativamente se esgota a prestação jurisdicional de seu prolator - Renovação de matrícula de aluno reprovado resolvida a nível constitucional, não sujeita a tutela do STJ (Desconhecimento) (T2) (STJ)</p>	<p>RESP 37.405-RJ</p>	<p>20/06/94</p>
<p>Recurso Ordinário em Mandado de Segurança - Falta grave praticada por servidor celetista - Mudança de regime para estatutário - Demissão - O fato de o servidor regido pela CLT passar a estatutário não impede a Administração Pública de aplicar-lhe pena disciplinar por ato cometido na época em que era regido pela CLT se em ambos os regimes, a pena é a mesma (Desprovisamento) (T2) (STJ)</p>	<p>REMS 1.771-RO</p>	<p>22/06/94</p>
<p>Recurso Ordinário em Mandado de Segurança - Reajuste do preço de mensalidade de entidade particular de ensino superior - Compete à Justiça Comum Estadual julgar mandado de segurança em tais casos, por inexistir delegação do Poder Público - Aplicação correta pelo acórdão recorrido da legislação pertinente (Desprovisamento) (T2) (STJ)</p>	<p>REMS 284-RJ</p>	<p>04/11/92</p>
<p>Recurso Ordinário em Mandado de Segurança - Os termos empregados no Aviso do Governador da Bahia convocando pessoas e entidades que contrataram com a administração pública não são ofensivos à honra e à reputação dos impetrantes, e nem tipificam em tese crime contra a honra destes (Desprovisamento) (T2) (STJ)</p>	<p>REMS 3.871-BA</p>	<p>08/06/94</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Repetição do Indébito - Finsocial - Carência de ação - Juros de mora - Deve o contribuinte pleitear na área administrativa a restituição total ou parcial do tributo que indevidamente recolheu - Mas, esta regra admite exceções quando, por exemplo, o contribuinte ingressa em juízo e a Fazenda Pública, na resposta ultrapassa a preliminar de carência de ação, contestando o mérito ou, na hipótese em que o fundamento da repetição é a inconstitucionalidade do tributo recolhido - Os juros de mora à taxa de 12% ao ano (Desprovisamento) (T4) (TFR)</p>	<p>AC 114.045-RS</p>	<p>10/08/87</p>
<p>Representação Judicial - Compete aos Procuradores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem exercerem a representação judicial da autarquia - Intervenção voluntária do Ministério Público Federal não admitida (Desconhecimento) (T2) (STJ)</p>	<p>RESP 14.065-MG</p>	<p>06/12/93</p>
<p>Representação da Parte - Irregularidade - Conhecida em juízo a irregularidade da representação da parte, deve o juiz, se necessário, interromper a marcha do processo e marcar prazo razoável para ser sanado o defeito, nos termos do art. 13 do CPC, convalidando os atos processuais praticados por advogado que exerça cargo público incompatível com o exercício da advocacia (Desprovisamento) (T4) (TFR)</p>	<p>AGA 46.832-SP</p>	<p>11/02/87</p>
<p>Responsabilidade Civil - Ressarcimento autônomo de dano moral - Se a dor não tem preço a sua atenuação tem - São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundo do mesmo fato (Súmula 37 do STJ) (Desprovisamento) (T2) (STJ)</p>	<p>RESP 6.301-RJ</p>	<p>05/10/92</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Responsabilidade Civil - Servidor Público - Nada impede que a Administração Pública denuncie à lide na qualidade de terceiro o seu funcionário na forma estabelecida no artigo 70, inciso III do CPC (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p>RESP 15.614-SP</p>	<p>06/12/93</p>
<p>Salário-Maternidade - Está incluído entre as prestações da Previdência Social, cumprindo às empresas efetuarem os respectivos pagamentos, cujo valor líquido será deduzido do montante recolhido mensalmente à Previdência, à título de contribuições previdenciárias - Eventual discussão do benefício conquistado pelo art. 7º, inciso XVIII da vigente Constituição Federal se dá entre a beneficiada e a Previdência e não entre aquela e a empresa - Competência da Justiça Federal (Improcedência) (S1) (STJ)</p>	<p>CC 373-SP</p>	<p>26/09/89</p>
<p>Servidão de Passagem - Juros compensatórios - Incidência - Com a servidão de passagem de eletroduto há limitação no uso da propriedade, o que justifica a incidência dos juros compensatórios, em obediência, inclusive, ao princípio constitucional da justa indenização (Desprovimento) (T2) (STJ)</p>	<p>RESP 21.466-RS</p>	<p>24/06/92</p>
<p>Servidor Público - Policial Militar excluído da corporação por indisciplina - Ato praticado independentemente de qualquer procedimento, ainda que sumário, sem que tivesse sido aberta oportunidade de defesa ao acusado - Nulidade - O direito de defesa não pode ser recusado sob pretexto algum (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p>REMS 1.310-RN</p>	<p>26/02/92</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Sindicato - Abertura de conta corrente - A Caixa Econômica Federal é parte legítima para integrar a relação processual por delegação de competência nos termos dos arts. 586 e 588 da CLT e, em consequência disso, não pode recusar a abrir conta corrente de Sindicato, que já tem o código liberado pelo Ministério do Trabalho para o recolhimento das contribuições sindicais (Desprovidimento) (T1) (STJ)</p>	<p align="center">AGA 104.503-PR</p>	<p align="center">27/08/96</p>
<p>Sindicato - É inadmissível a existência de dois sindicatos, na mesma base territorial, em razão do princípio da unicidade sindical (Rejeição - Embargos) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">EDIRESP 38.726-RJ</p>	<p align="center">13/03/96</p>
<p>Sindicato - Não tem legitimidade ativa <i>ad causam</i> para requerer mandado de segurança coletivo, como substituto processual, em nome de uma parcela de seus associados - Ademais, a questão é complexa, exigindo dilação probatória, o que não é possível na via estreita do <i>mandamus</i> (Extinção) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">REMS 571-CE</p>	<p align="center">26/10/94</p>
<p>Sindicato - Registro - As entidades de grau superior (Federações e Confederações), não tem legitimidade para impugnar ou assistir sindicatos em impugnações a pedido de registro no Arquivo Provisório de Entidades Sindicais Brasileiras - O depósito do estatuto constitutivo, no Arquivo do Ministério, devidamente registrado na base territorial, não lhe confere o efeito constitutivo ou autorizativo, sob pena de ferir o princípio constitucional da liberdade sindical (Denegação) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">MS 559-DF</p>	<p align="center">30/04/91</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Sindicato - O Registro de seus estatutos deve ser feito no Cartório competente na base territorial respectiva, devendo esse registro ser anotado na Pasta do Trabalho, para controle administrativo - Atendida a primeira parte, não pode o Ministério retardar a anotação sob pena de abuso do direito, tolhendo a liberdade sindical (Concessão) (S1) (STJ)</p>	<p>MS 67-DF</p>	<p>12/06/90</p>
<p>Sociedade Anônima - Dissolução - Não recolhimento das Contribuições Previdenciárias - Responsabilidade do Diretor Presidente - O sócio-gerente, os diretores ou representantes de pessoas jurídicas, definidos no contrato social, respondem ilimitadamente pelos créditos tributáveis, desde que praticados em excesso de poderes ou infração de lei, incluindo-se nesta o não recolhimento das Contribuições Previdenciárias (Desprovisamento) (T2) (STJ)</p>	<p>RESP 7.303-RJ</p>	<p>17/06/92</p>
<p>Sócio-gerente - Responsabilidade - Meação de mulher - O sócio-gerente, assim definido no contrato social, que praticar atos com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatuto, é responsável tributário - Essa responsabilidade não atinge a meação da mulher (Desprovisamento) (T4) (TFR)</p>	<p>AC 90.581-RJ</p>	<p>03/09/86</p>
<p>Taxa de Armazenagem e Capatazia - Não se incluem na base de cálculo do ICM as taxas de armazenagem e capatazia - Decisão impugnada que julgou válido ato local, mas contestado em face de lei federal (Provisamento) (T1) (STJ)</p>	<p>RESP 77.694-BA</p>	<p>04/12/95</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Tributário - Cerceamento de Defesa - Embargos à execução - Improcedência - Em se tratando de lançamento por homologação, desnecessário o processo administrativo - Cerceamento de defesa deve ser devidamente comprovado - A notificação administrativa do contribuinte constante dos autos afasta, em definitivo, os argumentos da embargante (Desprovimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AC 76.494-SP</p>	<p align="center">03/09/86</p>
<p>Tributário - Para conceder-se a isenção prevista no art. 1º, XIII, da Lei Complementar 04/69, entende-se como razão balanceada, ou razão animal, o concentrado e o suplemento (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 7.450-SP</p>	<p align="center">06/04/92</p>
<p>Valor da Causa - Nas ações propostas contra o BNH, e seus agentes financeiros, visando seja declarado o percentual de reajuste das prestações dentro do Plano de Equivalência Salarial, o valor da causa deve corresponder à diferença anual entre o percentual exigido pelo banco e o pretendido pelos mutuários (Provimento Parcial) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AG 50.061-MG</p>	<p align="center">17/11/86</p>